



**AUTONOMIA INDÍGENA: DIREITOS FRENTE AO PENSAMENTO  
DECOLONIAL.**

Marina Bozzetto

[marina.bozzetto@usp.br](mailto:marina.bozzetto@usp.br)

Ciências Sociais / USP

Povos tradicionais, autonomia e Direitos Humanos

**RESUMO**

Este trabalho busca analisar a necessidade de se assegurar a autonomia dos povos indígenas para combater e superar o etnocídio, fenômeno este que vem se alastrando por um pensamento colonial, próprio do sistema-mundo. Com tal intuito, o trabalho será desenvolvido a partir de uma perspectiva histórica e antropológica, fundamentado em revisões bibliográficas de escritos de Lévi-Strauss, Darcy Ribeiro, Boaventura de Souza Santos, Ana Catarina Zema de Resende e Immanuel Wallerstein. Especificamente, analisaremos como o pensamento colonial permanece até hoje com o assistencialismo paternalista e que, apesar dos avanços legislativos na questão indígena, não houve uma ruptura expressiva de dominação, por motivos culturais e estruturais do sistema que possui uma racionalidade eurocêntrica, baseada na acumulação de riquezas a partir da exploração da natureza, ignorando os elementos simbólicos de alguns grupos sociais, e que impõe os fatores econômicos aos políticos e culturais.

**Palavras-chaves:** autonomia; indígenas; direitos

**INTRODUÇÃO**

A questão indígena vem sendo cada vez mais pautada com mobilizações, conseguindo diversos avanços, como a lei de demarcação de



# Congresso Internacional de Direitos Humanos

TRABALHO, DIREITOS HUMANOS  
E SUAS FRONTEIRAS

14 A 16 DE AGOSTO DE 2017

UCDB - UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO  
UFMS - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

terras, incorporação do Brasil na declaração da ONU sobre os povos tradicionais, garantia de autodeterminação e mudança de tutela estatal para órgãos indigenistas como a FUNAI. No entanto, apesar de avançadas as legislações brasileiras sobre essa questão, o genocídio e etnocídio contra os povos indígenas permanece continuamente na atualidade. Por que então esse fenômeno continua? Como começar a mudá-lo? Guiados por essas perguntas e utilizando-se de uma perspectiva de estudo do pensamento decolonial, analisaremos como a segurança da autonomia indígena é fundamental para se superar a visão colonial que reflete ainda hoje as relações sociais do sistema-mundo.

## OBJETIVOS

Analisar a necessidade de se assegurar a autonomia dos povos indígenas em contraste com o assistencialismo paternalista para combater e superar o etnocídio.

Entender como, além das dimensões internas, as relações do sistema-mundo fazem com que este fenômeno continue a partir de um pensamento ainda colonial.

## METODOLOGIA

A pesquisa será construída a partir de uma perspectiva histórica e antropológica, fundamentado em revisões bibliográficas, com base conceitual no pensamento de decolonialidade e sistema-mundo.

## RESULTADOS

A teoria desenvolvida por Immanuel Walerstein, sistema-mundo, tem o pressuposto de que o mundo é um sistema social complexo formado por relações interdependentes entre os centros, acumuladores de riquezas e símbolos culturais, e as periferias, subordinadas à lógica dos primeiros. Dentro



desse conceito, os povos indígenas estariam submetidos à uma posição de inferioridade que permanece até hoje de forma institucionalizada nas dimensões externas das sociedades.

Nas sociedades, as influências de relações coloniais podem ser analisadas a partir de dois âmbitos: o das dimensões internas, devido as relações sociais que guiaram a história do país, sendo elas desiguais e controladas pelos poderes legislativos, administrativos e militar; e o das dimensões externas, próprias desse sistema que, por exemplo, já de início reduziu os povos à categoria genérica de índios, já marcando, segundo Resende, uma diferença hierarquizada entre eles e os brancos.

Devido a isso, apesar das populações indígenas terem tido importantes conquistas legislativas, segundo alguns autores, incluindo Darcy Ribeiro, ainda há um respaldo das relações tutelares de assistencialismo paternalista que tornam o índio incapaz e o infantiliza, negando seus direitos mais básicos ao anular suas ações e forçando-os a uma ideologia e cultura dominante, promovendo o etnocídio.

Frente a isso, e a partir da base conceitual de decolonialismo, vê-se a necessidade de não apenas superar o colonialismo, mas de mudar toda a estrutura político-administrativa e social, sendo a demanda por autonomia a capaz disso e de garantir a conquista de direitos efetivos, já que colocará os povos indígenas propriamente como povos com suas diferenças culturais, e não como mais uma peça da exploração para o acúmulo de riqueza dos centros.

## CONCLUSÕES

A partir de um pensamento decolonial a respeito da sociedade, conclui-se que o etnocídio é um fenômeno que ainda acontece por fatores tanto internos quanto externos da sociedade que devem ser combatidos.

Por fatores internos, entendemos as relações sociais culturalmente estruturadas com a forte intervenção estatal e militar na história dos povos indígenas. Já por fatores externos, temos as consequências próprias do



sistema-mundo, que joga esses povos para a periferia do mundo, com o centro explorando, se apropriando das riquezas e impondo uma cultura própria.

Essas dimensões juntas fazem com que, mesmo com um avanço significativo nas legislações, haja ainda uma predominância de relações tutelares de assistencialismo paternalista que tira a autonomia indígena causando um processo de integração e imposição cultural, ferindo seus direitos.

Para se começar a mudar esse cenário, e baseando-se na luta dos chamados “decolonialistas”, percebe-se uma necessidade de se assegurar a autonomia dos povos indígenas quanto às suas reivindicações e organizações políticas e administrativas, atuando estes de frente em seus próprios órgãos, como a Funai, pois só assim eles começarão a conseguir se colocar como povos reais, sem hierarquização frente aos homens brancos, ter uma maior representatividade na democracia e começar a mudar as relações que causam, dentre diversos outros fenômenos, o etnocídio.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RESENDE, Ana Catarina Zema de. Direitos e autonomia indígena no Brasil (1960 – 2010): uma análise histórica à luz da teoria do sistema-mundo e do pensamento decolonial. 2014. x, 360 f., il. Tese (Doutorado em História)— Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice (2006). Análisis de sistemas-mundo. Una Introducción. 2ª ed. México: Siglo XXI editors.

RIBEIRO, Darcy. Ensaio Insólitos. 3ª Edição. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2016.